

LIGEIRO ESBOÇO HISTÓRICO DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS DE CANINDÉ E DO SEU MOVIMENTO

CAPÍTULO I – EREÇÃO DA IGREJA E SUA ELEVAÇÃO À MATRIZ

O ilustre Senador Pompeu em seu grande ensaio estatístico da Província do Ceará, tomo segundo, remonta a ereção da Igreja de São Francisco das Chagas de Canindé ao ano de 1775.

Se bem que, no arquivo da Igreja de São Francisco das Chagas de Canindé não se encontra fonte de prova da data assegurada pelo ilustrado cearense, de saudosa memória; todavia, longe de negar o que afirma, venho deduzir alguns argumentos em abono de memorável data, que dá a ereção da referida Igreja.

Conta-se (é tradição aceita pela atual geração) que, no século passado, viera para este lugar um homem de nacionalidade portuguesa por nome Francisco Xavier de Medeiros, e aqui se demorava no intuito de edificar uma capela, dedicada a São Francisco das Chagas.

Então era pouco habitado o sertão de Canindé, em cuja margem do rio, e em outros pontos mais centrais, havia fazendas de gado de proprietários abastados, como fossem o comandante Simão Barbosa Cordeiro, em São Pedro, tronco a atual família Barbosa; Julião Coelho da Silva, no Longá, tronco da família Coelho; e Antônio dos Santos Lessa, na Lisboa, tronco da família Santos Lessa. Este último referia que, sendo suspenso no ano de 1792, por causa da seca, o trabalho da capela, só em 1796 podera ser concluído; isto prova que esse serviço vinha de época anterior, e que só no ano de 1796 fora terminado completamente.

A Igreja de São Francisco de Canindé tem passado por diversos reparos e os seus administradores procuraram sempre melhorá-la, mas não há dúvida que no começo do atual século já era um templo, embora mal construído, e não elegante como atualmente se vê.

É muito provável que a sua ereção tivesse começo no ano de 1775 e a falta de recursos não pudesse ser concluído antes de 1792.

Os fiéis ligaram sempre interesse a que chegasse ela a seu termo; é por isso que já em 1787 o capitão Antonio Alves Bezerra fez doação a São Francisco das terras denominadas de Santa Roza, que fazem parte do seu atual patrimônio. E lógico, portanto, que a notícia que o antigo Antonio Santos Lessa transmitiu à posteridade, refira-se à conclusão da mencionada capela em 1796.

Hoje, que a Igreja de São Francisco está inteiramente transformada, e que pelos reparos de 1889 passou a ser um templo majestoso, dentre os melhores da Diocese em assio e decoração, deixa ver ainda vestígios de sua antiguidade.

Aí estão as paredes tortuosas do lado externo dos corredores, nunca até hoje demolidas, comprovando que a referida igreja sofreu modificação em diferente época remontando-se ao passar do século.

Por alvaré de El-rei Dom João VI em data de 30 de outubro de 1817, a capela de São Francisco passou a ser Matriz colada.

O padre Francisco de Paula Barros, que já exercia o cargo de capelão foi apresentado a este benefício por carta régia de 10 de junho de 1817 e confirmado pelo Bispo de Pernambuco Dom Frei Antonio de São José Bastos, em primeiro de agosto do referido ano.

CAPÍTULO II – ROMARIAS

Não se pode determinar a época em que teve princípio o movimento das romarias a São Francisco das Chagas de Canindé. O que não se pode pôr em dúvida é que no século passado já se faziam votos ao Glorioso Padroeiro dessa freguesia. Atestam as tradições recebidas e consagradas pela atual geração.

Uma dessas tradições é a que se refere à salvação de um pedreiro que se desprende de um andaime quando trabalhava no serviço da capela.

Neste século tem aumentado progressivamente estas romarias e hoje é o fato que atrai a admiração pública: Basta dizer, que as esmolas ofertadas pelos romeiros o ano passado, atingiram a soma de 93:075\$000 reis!

Refere à tradição que, quando se deu começo a ereção da capela de São Francisco, um pedreiro desprende-se casualmente de um andaime e que nesta ocasião, gritando por São Francisco das Chagas, ficou suspenso pela roupa à ponta de uma tábua, podendo ser segurado pelos companheiros, que o puseram a salvo.

Parece que, se antes não havia romarias, provavelmente este fato deu origem a este movimento religioso aumentando a crença e a confiança que o povo já então consagrava ao Glorioso Patriarca São Francisco de Canindé.

Conta-se também, que quando o português Medeiros deu começo a edificação da capela de São Francisco, o terreno escolhido para sua colocação, pertencia a três proprietários estranhos a este lugar; que estes puseram obstáculos a que continuassem aquelas obras em suas terras; sucedeu, porém, que um deles caiu gravemente doente, do que veio a perecer. Igual sorte teve o segundo; finalmente, o último também veio a cair doente. Mas prometeu a São Francisco que, se escapasse, lhe faria doação do terreno em que lhe estava sendo edificada a sua capela.

Com efeito, conseguiu restabelecer-se doando imediatamente as terras que fazem parte do patrimônio.

Conta-se, que quando veio de Lisboa a Imagem de São Francisco de Assis, ao abrir o caixão em que vinha, saltou de dentro um pequeno rato de cor branca, muito lindo e nutrido, e que algumas pessoas procuraram ainda apanhá-lo, mas nessa ocasião alguém ponderou que deixasse livre, pois que não se podia escutar o mistério de ter vindo de tão longe no mesmo caixão sem, entretanto, ofender de modo algum a imagem do Glorioso Patriarca.

Semelhante ponderação atuou no espírito dos que ali se acharam, sendo transmitido à posteridade este fato como coisa extraordinária; não há dúvida que estes episódios muito cooperaram no começo para firmar a confiança e o fervor do povo nos milagres de São Francisco das Chagas de Canindé.

CAPÍTULO III – PATRIMÔNIO

O Patrimônio de São Francisco das Chagas de Canindé consiste em bens de raiz e nas oblatas que os fiéis lhe oferecem cada ano, cuja administração está a cargo de uma confraria, que nomeia os seus empregados, sujeita à imediata fiscalização do Bispo da Diocese.

O Orago dessa freguesia, no século passado, já possuía bens; e estes bens que constituem o seu patrimônio propriamente dito são: - uma légua de terra em quadro, onde está situada a Vila. – As terras denominadas Santa Rosa, doação feita pelo Capitão Antonio Alves Bezerra em 1787, como se vê da escritura original já quase estragada e de uma pública forma transcrita no livro de tombo. – Um sítio sobre a Serra de Baturité denominado Araticum, doação feita por Francisco do Rego Barros em 1801. O arrendatário do mencionado sítio tem plantado grande número de cafeeiros, pagando anualmente a diminuta quantia de 20\$000 reis! – Uma légua de terras denominadas de Salgado, legalmente confrontadas onde está situada a vila de Canindé.

O rendimento deste patrimônio proveniente dos foros do sítio, terras, laudêmios, joias ofertadas pelos irmãos da confraria, anuidades, não é o que constitue a principal riqueza da Igreja de Canindé. Em 1888 a 1889 a arrecadação foi feita com diligência, mas apenas pôde atingir a importância de 882\$090 reis.

Vê-se, pois, que todo movimento em favor da referida igreja provém das oblatas em dinheiro, cera, ouro, prata, e que os fiéis anualmente depõe no cofre de São Francisco ou que entregam ao seu respectivo procurador.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO

Não se pode provar quais foram os rendimentos de São Francisco e seus administradores no século passado.

Se já havia algum movimento, devera ser de pouca importância. Em 1804 foi administrador de São Francisco o reverendo Padre João José Vieira, que descreveu os bens patrimoniais em um inventário, e prestou contas na Fortaleza, então Vila de capitania do Ceará Grande, perante o ouvidor geral, procurador de capelas, Luís Manoel de Moura Cabral.

O saldo apresentado no ano financeiro de 1802 a 1803 foi 988\$595 reis. O padre Vieira administrou os bens de São Francisco até 1812, quando faleceu, deixando um alcance 776\$050 reis, pelo que os bens deixados por sua morte foram sequestrados para salvaguardar os dinheiros da então capela de São Francisco.

Em 1811 em um provimento do Ouvidor Geral, foi intimado o padre Vieira para não continuar a despendar, como era de costume, a importância de 4:320 reis com os visitantes da Comarca sobre pretexto de Visitas à Capela. Essa intimação foi feita debaixo de pena de não lhe ser levada em conta a importância, por ventura despendida.

O padre Vieira deixou como seu testamenteiro o comandante Simão Barbosa Cordeiro (o antigo) que em 7 de outubro de 1812 entregou o que pertencia a São Francisco a Manoel Mendes da Cruz Guimarães. Este recebeu tudo em face do inventário que assinou com o referido Simão Barbosa, inclusive o alcance do padre Vieira, pelo qual ficaram responsáveis os seus herdeiros.

Manoel Mendes, além dos bens da capela, recebeu mais 50 oitavas de prata e 4 ½ de ouro. Esse administrador chegou ao ano de 1818 sendo substituído em 1819 por Joaquim Marques Vianna.

Pela escrituração irregular desse tempo não se pode chegar ao conhecimento se no período de 1819 a 1827 houve outro administrador, além do referido Joaquim Vianna.

Em 1813 foi nomeado capelão de São Francisco o reverendo Padre Francisco de Paula Barros, o qual posteriormente foi o primeiro vigário desta freguesia.

Desde o início da administração paroquial do padre Barros, o livro de receita e despesa passou a servir para nele se inscreverem os nomes dos foreiros do patrimônio, sendo destinado um outro para aquele fim que, entretanto, não existe no cartório desta paróquia.

Até o ano de 1833, parece quem dirigiu os negócios tendentes a São Francisco das Chagas, foi o padre Francisco de Paula Barros, depois do qual veio o Manuel Barbosa Cordeiro que ficou alcançado para com o Padroeiro.

Não se pode saber claramente, em virtude da irregularidade da escritura, se mencionado administrador chegou ao ano de 1854. Não há dúvida, porém, que foi substituído por Manuel Luís de Magalhães, o qual em 1855 abriu um livro para receita e despesa, mas só em 1859 foi que lhe foram tomadas as contas pelo Juiz de Capelas, sendo condenado ao alcance 3:832\$600 reis.

Parece que este alcance vinha já do seu antecessor, porque o procurador Manuel Luís em 1861 apresentou um saldo de 2:328\$059 reis.

Esse procurador levou a sua administração ao ano de 1868, mostrando sempre saldos em favor do cofre; e quando a passou, naquele ano, a Jerônimo José de Almeida Júnior, seu sucessor, entregou também um saldo de 15:712\$205 reis.

Nesse ano o juiz de Capelas, apesar de haver regularizado mais ou menos a escrituração, não foi bem inspirado, demitindo o administrador Manuel Luís, para nomear ao dito Jerônimo o qual, prestando contas no ano seguinte, apresentou saldo de 19:608\$819 reis;

mas deixando de prestá-las e, 1971, a isto foi compelido em 1872, pela Mesa regedora que nesta vila foi eleita, descobrindo-se um desfalque de 4 contos mais ou menos.

Depois da demissão de Jerônimo José de Almeida pela Mesa regedora foi nomeado ainda o capitão Manoel Lis de Magalhães, procurador da confraria, e tesoureiro o Capitão Antonio Francisco de Magalhães.

Em 1872 houve um saldo de 12:788\$604 reis. Convém notar, que o ex-administrador Jerônimo, embora com prejuízo, satisfez ao referido tesoureiro o que devia pelo desfalque.

O capitão Antonio Francisco de Magalhães dirigiu com a maior honestidade os dinheiros de São Francisco. No período de sua gestão apresentou sempre saldos; em 1887, quando deixou o cargo, entregou a soma de 18:647\$824 reis, inclusive a importância de trezentos e tantos mil reis que lhe foi (glosada) pelo Juiz de Direiro em correção. Mais tarde em 1891, Magalhães fez sua reclamação procurando haver aquela quantia, que a autoridade diocesana manou efetivamente restituir-lhe.

Em 1887, pelo Juiz de Direito da Comarca, foi provisoriamente nomeado tesoureiro o Senhor José Jacintho Mendes Machado que entregou mais tarde a administração a João Pinto Damaceno o qual por sua vez passou ao tesoureiro nomeado coronel Antonio Martins Júnior.

Nesse tempo foi nomeado procurador o capitão Clementino Fincão Jucá, incumbido de administrar os serviços dos reparos da Matriz, em que se despendeu, mais ou menos, a importância de 40 contos de reis.

Todos os anos o procurador e tesoureiro prestavam as suas contas, havendo sempre saldo em favor do cofre.

De 20 de setembro de 1891 a 11 de outubro de 1892, as contas da confraria de São Francisco foram prestadas perante a Autoridade Diocesana, sendo então procurador e tesoureiro Antonio Xavier Macambira e José Rabelho Cordeiro da Cruz.

De 1892 e 1893 o tesoureiro José Rabelo Cordeiro da Cruz prestou contas, oferecendo um saldo de 19:176\$422 reis.

Em 1893 a 1894 estas contas foram prestadas por João Pinto Damaceno, tesoureiro nomeado, o qual incluindo o saldo anterior apresentou a soma de 71:045\$409.

A despesa desse ano compromissal atingiu a soma de 36:385\$956 reis.

Em 1894 a 1895, ainda o tesoureiro José Rabelo Cordeiro da Cruz prestou contas à Cúria Episcopal, mostrando a receita de 93:075\$560 reis e despesa de 53:692\$956 reis.

Atualmente o dinheiro que existe conforme se deduz da escrituração recente é o seguinte: em poder do atual tesoureiro Francisco Liberato Bezerra Borges, 9 contos de reis, deixados em caixa para acorrer as despesas. Além desse dinheiro entraram mais, depois do encerramento do balancete financeiro, outros 9 contos de reis, extraídos do cofre. Em poder de sua Excelência Reverendíssima Dom Joaquim José Vieira, Bispo da Diocese 67:000\$000 reis, afora: que a mesa regedora votou para reparos do seminário da Fortaleza e 437 oitavas de ouro entregues a sua Excelência Dom Antônio Xavier Macambira, conforme o lançamento.

Estas quantias em poder da Autoridade Diocesana foram removidas da caixa por ordem de Sua Excelência e remetidas pela maneira seguinte: 15 contos de reis por intermédio do reverendo padre João Dantas Ferreira Lima e Macahyba; 44 contos de reis por intermédio de Ernesto Vieira da Costa; 10 contos de reis por intermédio de José Rabelo Cordeiro da Cruz, dos quais 2 a Mesa havia votado em auxílio nos reparos do Seminário.

CAPÍTULO V – IRMANDADES SANTÍSSIMO SACRAMENTO

Em um provimento do Ouvidor Geral datado de 1804 julgando as contas do administrador padre João José Vieira, lê-se uma recomendação que a mencionada autoridade fez-lhe a respeito de bens pertencentes ao Santíssimo Sacramento.

Segundo um termo em data de 1819, assinado pelo vigário Francisco de Paula Barros e pelo visitador Cônego Antonio Gomes Coelho, foi criada uma nova Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Naquele mesmo ano foi eleita uma mesa regedora para o ano compromissal de 1819 a 1820 e isso se repetiu até 1824. O referido termo fala do Compromisso, mas desse não há notícias, nem há lei alguma até então, que autorizasse a Irmandade do Santíssimo Sacramento.

A resolução n° 584 de 19 de outubro de 1852 aprovou o compromisso desta Irmandade, notando-se, porém, que ao mencionar a lei só foi promulgada em 15 de janeiro de 1862, sendo presidente da província Manuel Antonio Duarte de Azevedo; mas a Irmandade do Santíssimo Sacramento já tinha sido inaugurada em 27 de março de 1853.

NOSSA SENHORA DAS DORES

Além da do Santíssimo Sacramento há em Canindé a Irmandade de Nossa Senhora das Dores, cujo compromisso foi aprovado por lei 1048 de 1 de dezembro de 1862. Foi instalada em 01 de janeiro de 1867. Não teve vida até 1886, quando foi reorganizada, procedendo daí para cá com muita regularidade.

SÃO FRANCISCO

Existe ainda a de São Francisco das Chagas de Canindé. Esta irmandade já se havia ensaiado em 1821, ano em que foi feita uma eleição para o Juís, Juíza, Mordomos, etc, cujos rendimentos eram destinados a correr às despesas com a Festa de São Francisco; é, quando o arrecadado mal dava para as despesas, eram essas supridas pela caixa das esmolos (hoje cofre).

Repetiam-se anualmente essas eleições e foram até 1847, havendo nesse tempo nomeação de noitários que concorriam também para o esplendor da festa. Este costume de festa por noitários, já hoje abolido, data de 1821.

Não se encontra lei alguma autorizando a Irmandade de São Francisco das Chagas de Canindé, se não em 1870, quando por uma resolução n° 1379 de 28 de novembro desse ano, mas só sancionado em 17 de janeiro do ano seguinte, foi aprovado o seu respectivo compromisso. A dita Irmandade instalou-se no Consistório da Matriz dessa Vila em 13 de fevereiro de 1871.

Desde então, a Confraria de São Francisco elegei todos os anos uma Mesa regedora que superintendia os negócios da confraria, tomava conta aos administradores, aos quais eram depois submetidos aos Juízes de Capelas; autorizava as despesas e aplicava os dinheiros em serviços em melhoramentos da Igreja Matriz em compra de alfaias; mas essas despesas nunca excediam as verbas determinadas em um oramento feito anualmente à aprovação da mesma Mesa.

CAPÍTULO VI – NOVO COMPROMISSO DE ADMINISTRAÇÃO DIOCESANA

Com a separação da Igreja do Estado a fiscalização dos dinheiros de São Francisco passou a ser feita pela Autoridade Diocesana que em 1891 começou a dirigir suas vistas e ligar interesse aos negócios da Confraria.

Em outubro do ano seguinte em visita pastoral a esta Vila assistiu Sua Excelência Reverendíssima a uma das sessões da mesa regedora, apontando desde logo as medidas que julgou mais acertadas para uma boa aplicação dos dinheiros provenientes das esmolos dos fiéis. Instou pela reforma do compromisso, que de fato foi substituído por um novo, apresentado à Mesa em abril de 1892 e por Sua Excelência aprovado.

Em face do novo compromisso continua ainda a Mesa regedora ser uma entidade administrativa, delegada do Bispo, sob cuja inspeção e imediata fiscalização dirige os negócios da Confraria de São Francisco.

Dentro do orçamento vigente feito cada ano, e aprovado pela autoridade diocesana, age a Mesa em matéria de dispêndio, não excedendo da verba destinada a qualquer mister.

CAPÍTULO VII – BENEFÍCIOS RESULTANTES DAS OBLATAS DOS ROMEIROS

Os benefícios realizados até esta data, nesta localidade, à custa do dinheiro do cofre de São Francisco:

- A igreja Matriz outrora capela de São Francisco, atualmente é um templo aseado, ricamente decorado, possui ricas alfaias e objetos de alto valor, destinado ao culto público. Ressente-se, entretanto, da falta de 2 capelas laterais para o Santíssimo Sacramento e para as imagens do Senhor Bom Jesus dos Passos e do Senhor Morto que a Irmandade projeta mandar vir, para os atos da Semana Santa.
- 4 casas destinadas às hospedagens de romeiros;
- a capela e demais serviços que existem no cemitério público desta Vila;
- uma casa destinada para o hospital, começada em 1877 cujos serviços há muito estão paralisados;
- um gradil de ferro ao redor da Matriz e do Cruzeiro;
- uma casa para o depósito de votos que trazem os romeiros como testemunho do milagre que alcançaram por intermédio do Glorioso São Francisco das Chagas de Canindé;
- Parte dos açudes chamados Matheus e do Riacho Sujo, para cujos reparos, a Mesa votou verbas como serviços de utilidade pública.

CONCLUSÃO

Tenciona o Excelentíssimo Senhor Dom Joaquim José Vieira, Bispo do Ceará da aplicação aos dinheiros do cofre de Canindé, de modo que a posteridade aponte os benefícios reais resultantes das esnolas dos fiéis.

Que esses benefícios venham para testemunhar honroso da inteligente e sábia administração de sua Excelência Reverendíssima é o que desejam os fiéis desta paróquia e a Confraria de São Francisco das Chagas de Canindé.

Vila de Canindé, 27 de janeiro de 1896

Padre Luiz de Souza Leitão

Capelão de São Francisco

Está conforme ao original, Canindé, 10 de fevereiro de 1896

O escrivão da Confraria

Ernesto Vieira da Costa

FONTES HISTÓRICAS DE CANINDÉ

Canindé é uma terra mística que encanta as pessoas de fé, porque existe nesta terra um grande mistério do amor e da misericórdia de Deus, que se manifesta através dos milagres e das curas, das bênçãos e das graças operados por São Francisco das Chagas. Na intimidade vivida diariamente com este mistério cresce a cidade que acolhe doentes e sofredores, devotos e romeiros do Brasil inteiro, mas sobretudo do Nordeste sofrido e chagado, mas também teimoso na esperança e solidário na fé.

As crianças e os jovens de Canindé somente vão amar sua terra natal em profundidade, quando conhecerem bem suas raízes de fé e de devoção, a história do Santuário de São Francisco das Chagas pesquisada e contada pelos mais velhos.

Escolhi umas fontes históricas e pedi ao professor de português do Colégio Menino Jesus e da Escola Profissional Capelão Frei Orlando, José Narcélio Agostinho Bastos, que elaborasse uma versão escolar destas fontes, para que os alunos pudessem estudar num português atual estes escritos antigos e pudessem se identificar com o destino desta terra maravilhosa seguindo a Jesus no jeito de São Francisco.

Frei João Sannig – OFM
Santuário-Paróquia de São Francisco das Chagas
Arquivo Paroquial - Praça da Basílica, s/n, Centro - Canindé-Ceará
CEP: 62.700-000 – Site: www.santuariodecaninde.com